



## PODER

# Três Poderes acertam regras para emendas

Congresso, governo e STF anunciam projeto de lei sobre a regulação de repasse dos recursos. Texto deve ser protocolado hoje

» CAMILA CURADO

O Projeto de Lei Complementar (PLC) que define novas regras para as emendas parlamentares deve ser protocolado, hoje, pelo senador Angelo Coronel (PSD-BA), relator do Orçamento de 2025. A expectativa é de que o texto seja votado na próxima semana.

Ontem, os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o advogado-geral da União, Jorge Messias, se reuniram no Supremo Tribunal Federal (STF) com o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, e com o ministro Flávio Dino, que, em agosto, suspendeu o pagamento das emendas parlamentares até que Congresso e governo garantam a transparência e rastreabilidade dos recursos.

“Os Poderes Executivo e Legislativo estão em fase de conclusão do Projeto de Lei Complementar sobre a regulação da execução das emendas parlamentares daqui para frente. O texto será finalizado até esta quinta-feira (hoje), com previsão de apreciação nas duas Casas Legislativas na próxima semana”, disse nota emitida pelos Três Poderes após o encontro.

Também conforme o comunicado, após a votação pelo Congresso, Dino vai avaliar a continuidade da execução das emendas parlamentares e submeter o tema ao plenário do STF.

“Em relação aos anos anteriores, as equipes técnicas da Câmara, do Senado e do Executivo vão prestar informações nos autos, em consonância com o acórdão do plenário do STF proferido na ADPF 854, ora em fase de execução”, destacou a nota.

Mais cedo, Angelo Coronel afirmou, em entrevista à GloboNews, que as emendas de bancada e de comissões terão caráter coletivo e serão decididas por meio de votação. Elas terão oito frentes de ação e só serão liberadas se requeridas pela maioria dos parlamentares. E, em vez de

Antonio Augusto/STF



Os presidentes do Senado, da Câmara e do STF na reunião da qual participaram, também o ministro Flávio Dino e o AGU, Jorge Messias



**Após a votação, o relator no STF irá avaliar a continuidade da execução das emendas parlamentares e submeter o tema ao plenário do Supremo Tribunal Federal”**

**Trecho da nota emitida pelos Poderes**

serem enviadas individualmente, serão repassadas em grupo.

Segundo ele, isso possibilitará maior fiscalização de vereadores e das assembleias legislativas, uma vez que, assim que aprovadas, serão encaminhadas por e-mail a esses setores, com o resultado da votação, os parlamentares contemplados e o valor a ser destinado à região, para que eles cobrem e acompanhem o uso do dinheiro.

A população também terá acesso a essas informações, que serão divulgadas em forma de atas, o que facilitará o trabalho da Advocacia-Geral da União (AGU) em fiscalizar e acompanhar a distribuição das verbas.

A suspensão dos pagamentos das emendas criou tensão entre Congresso e STF. Em resposta à

decisão de Dino, a Câmara avançou com um pacote de repesália à Corte. No início deste mês, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou duas propostas de emenda à Constituição (PEC) e dois projetos de lei que buscam reduzir os poderes dos ministros.

Uma das PECs limita decisões monocráticas dos magistrados. A outra, permite ao Congresso suspender determinações da Corte. Já os projetos de lei aumentam a possibilidade de impeachment de magistrados.

### Aprimoramento

Nesta semana, Lira enviou uma carta ao Supremo defendendo uma das propostas, a que restringe decisões

monocráticas dos magistrados. Ele sustentou que o texto não tem a intenção de interferir na autonomia da Corte.

“Longe de configurar qualquer violação ao núcleo essencial da separação de Poderes, propõe-se uma maior transparência e segurança jurídica ao sistema constitucional, sem interferir na função jurisdicional precípua do STF, mas aprimorando-a”, argumentou o presidente da Câmara.

A manifestação dele foi em resposta a um determinação do ministro Nunes Marques, relator da ação protocolada pelo deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), que contesta a PEC.

Em entrevista à CNN, o ministro Gilmar Mendes classificou a PEC de “extravagante” e disse que ela repete dispositivos

da época do governo ditatorial de Getúlio Vargas.

A falta de acordo impacta o Orçamento, que, segundo Angelo Coronel, só será discutido depois que o novo modelo de emendas parlamentares for aprovado. “O Orçamento está guardado, e daremos seguimento quando resolvermos as pendências das demandas”, declarou.

Ao **Correio**, a assessoria do senador informou que as emendas individuais ainda carecem de maior detalhamento. “Em termos de destinações, não há mudanças para as individuais no PLP. Há uma priorização para obras inacabadas no caso das transferências individuais. Não haverá possibilidade de direcionar emenda individual a outro parlamentar”, explicou.

A diretora de programas do Transparência Brasil, Marina Atoji, que acompanha de perto os desdobramentos, acredita que a PLP atenderá às determinações de Dino. “Têm outros pontos que não apresentam grandes novidades, como as adaptações do que já aparece nas LDOs de 2023 e 2024, como a notificação de Câmaras Municipais e Assembleias sobre a transferência do recurso”, disse.

Segundo Atoji, ainda faltam detalhes sobre como a proposta reduzirá a individualização de emendas coletivas por meio de negociações informais ou como a nomeação de quem apadrinha cada uma delas será divulgada.

O professor de direito da Universidade de Brasília Paulo Henrique Blair de Oliveira, especialista em direito constitucional, explica que “é precisamente o tratamento das emendas individuais e de comissão que requer uma mudança quanto aos critérios de transparência”. “Há problemas nas emendas de bancada, mas são menores. E, por sua vez, as emendas de comissão também tendem a ter menos problemas que as individuais, que são realmente as mais difíceis nesse contexto”, destacou.

## Apoio antecipado de Bolsonaro a Alcolumbre provoca críticas

Uma declaração do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ao canal AuriVerde Brasil no YouTube incomodou a bancada de seu partido no Senado Federal.

O ex-presidente defendeu, numa entrevista ao canal de 2 milhões de inscritos, apoio do PL à eventual candidatura de Davi Alcolumbre (União-AP) à sucessão de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) na Casa.

Membros da bancada, no entanto, não gostaram da manifestação antecipada, por entenderem que Bolsonaro “queima um cartucho” antes da hora e prejudica a articulação dos bolsonaristas, que gostariam de negociar o apoio a Alcolumbre antes da eleição.

Bolsonaro defende que o PL não lance uma candidatura própria para não ter de lidar com o ônus de uma eventual derrota, assim como aconteceu com Rogério Marinho (PL-RN) em fevereiro de 2023. Derrotado, o partido acabou apartado dos principais postos de poder na Casa.

“Quando você perde uma

eleição para o Senado, você não tem nenhuma vaga na Mesa Diretora nem nas comissões. Então nós ficamos ali como zumbis dois anos dentro do Senado. E nós sabemos hoje em dia que a eleição do Davi Alcolumbre é 99% certa. Se você lançar uma chapa de novo você fica mais dois anos com água e palitos”, afirmou Bolsonaro na entrevista.

A ideia do ex-presidente é aumentar a bancada do PL até a eleição para poder pleitear a vice-presidência do Senado, cadeira que teria poder para pausar projetos na ausência de Alcolumbre, como a anistia a condenados pelo 8 de janeiro e ataques à democracia.

“O fato concreto do momento é o Davi Alcolumbre presidente do Senado, quer queira, quer não. Agora, nós queremos ter, por exemplo, a vice-presidência do Senado? Que, na ausência do Alcolumbre, a gente possa botar coisa em pauta que interessa para nós? Vocês sabem o que interessa para nós, é a anistia, entre tantas coisas”, declarou

Roque de Sá/Agência Senado



Davi Alcolumbre deve se candidatar à sucessão de Rodrigo Pacheco no Senado

Bolsonaro em seguida.

Parlamentares bolsonaristas, no entanto, reconhecem que o assunto dificilmente deve avançar com a composição atual do

Congresso. Mas esperam que a pauta ganhe musculatura se o PL conseguir uma votação expressiva para o Senado na eleição de 2026. Com maioria das cadeiras,

a sigla de Bolsonaro seria capaz de confrontar o poder do Supremo Tribunal Federal (STF) e aprovar processo de impeachment contra membros da Corte.

### » Senador recebe aval do PP

A bancada de senadores do PP oficializou apoio à candidatura do senador Davi Alcolumbre (União-AP) para a presidência da Casa. O presidente do partido, senador Ciro Nogueira (PP-PI), e os senadores Dr. Hiran Gonçalves (PP-RR), Laércio Oliveira (PP-SE) e Castellar Neto (PP-MG) posaram para uma foto ao lado de Alcolumbre, na sede da legenda no Congresso, para marcar a posição. Também estava presente o líder da Maioria no Congresso, o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Os parlamentares evitaram responder a perguntas aos jornalistas. Questionado sobre com quais bancadas ele ainda pretende se encontrar, Alcolumbre afirmou: “Com quem quiser conversar comigo”.